

JORNAL DE



Ramos

- 1 O SURGIMENTO DE NOVAS LÓGICAS DE EXPULSÕES
Luiz Felipe Sahd 3
- 2 ESTUDO CRÍTICO-GENEALÓGICO DO AUTOR
Ana Utsch 8
- 3 A VIRTUDE ATUAL DA FILOSOFIA GREGA CLÁSSICA
Julio de Souza Comparini 12
UMA DELICADA CARTOGRAFIA DA MODERNIDADE
Pedro Fernandes Galé 16
- 4 O ESPLENDOR DA LIBERDADE E DO PÚBLICO
Beatriz Porcel 24
- 5 NOVOS PARADIGMAS DE ATUAÇÃO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA
**Silvio Gabriel Serrano Numes, Antonio Carlos Alves Pinto Serrano e
Filippe Lizardo** 27
- 6 UM ROMANCE QUE VEM DA ILHA GRANDE
Edneia Paschoal e Eugênia Dias 30
- 7 ENSAIO DE XILOGRAVURAS
Clayton Araujo 32

NOTA DO EDITOR

A partir da edição de n. 119, o *Jornal de Resenhas* passou a ser editado somente na versão digital, por intermédio de uma parceria da Discurso Editorial com a editora República do Livro.

As resenhas publicadas são enviadas pelos autores, submetidas à análise e aceitas pelo Conselho Editorial.

O conteúdo das resenhas é de responsabilidade única dos seus autores.

As matérias publicadas aqui também se encontram em www.jornalderesenas.com.br.

CONSELHO EDITORIAL

André Vitor Singer (USP)

Ildeu de Castro Moreira (UFRRJ)

Fernando Antonio Pinheiro Filho (USP)

José Castilho Marques Neto (UNESP)

Laura de Mello e Souza (USP)

Luiz Fernando Franklin de Mattos (USP)

Milton Meira do Nascimento (USP)

Ricardo Musse (USP)

Samuel Titan Jr. (USP)

Sérgio Miceli (USP)

Wander Melo Miranda (UFMG)

Editor responsável:

Milton Meira do Nascimento

Contato: editorial@jornalderesenas.com.br

Direção de arte e diagramação

Marcelo Girard

Logotipo

Amilcar de Castro

Projeto gráfico original

Eliane Stephan

Desenvolvimento original

Fernando Caro



discurso editorial

Discurso Editorial

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315

Cidade Universitária, Butantã

CEP 05508-010, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3091-0079

e-mail: editorial@jornalderesenas.com.br

ISSN 1984-6282 – Maio/junho de 2022

LUIZ FELIPE NETTO DE ANDRADE E SILVA SAHD

O surgimento de novas lógicas de expulsões

EXPULSÕES. BRUTALIDADE E COMPLEXIDADE NA ECONOMIA GLOBAL

Sassen Saskia

Tradução de Angélica Freitas

PAZ & TERRA, 2016, 336 p.

Saskia Sassen recebeu merecida reputação como pensadora que não se esquivava a grandes questões. Seu livro *Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global* compartilha com suas obras anteriores uma considerável ambição, pois ela ataca com entusiasmo questões de importância planetária para oferecer seus pontos de vista sobre como o poder é exercido e as desigualdades são criadas no século XXI. De fato, *Expulsões* oferece um catálogo de tudo o que nos aflige, desde a “financeirização” da economia (magistralmente tratada no capítulo terceiro) até a crescente desigualdade e o agravamento do abuso de nossos recursos naturais. Mas o livro é mais do que isso. Seu principal argumento é que as mudanças que testemunhamos nas últimas três décadas são de caráter sistêmico e representam uma fase qualitativamente nova do nosso sistema econômico: até a década de 1980, o capitalismo trabalhava de mãos dadas com o keynesianismo e o Estado de bem-estar para produzir inclusão. A nova fase é de “expulsão” sistêmica, onde uma dinâmica semelhante está se desenrolando em vários domínios das atividades humanas. Este é o resultado da implantação desenfreada de conhecimento, tecnologia e a lógica de acumulação de capital pela qual, previsivelmente, os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres, e onde todos os seres humanos enfrentam mais execuções hipotecárias, apropriações de terras, escassez de água, terremotos e muitas outras calamidades.

Como os pensadores críticos devem conceituar a fase neoliberal da globalização capitalista? O que o distingue da fase keynesiana anterior do período pós-guerra? Esta é a pergunta que Sassen se propõe a responder ao identificar as tendências sistêmicas que estão por trás das brutalidades multifacetadas do capitalismo contemporâneo: a busca obstinada do crescimento do PIB por meio da austeridade na Europa e do ajuste estrutural no Sul global; o encarceramento em massa de populações excedentes nos EUA; apropriação de terras corporativas neocoloniais na África; a proliferação de reintegrações de posse na esteira da

crise das hipotecas *subprime*; e a destruição ambiental sem precedentes causada pelas mais recentes técnicas de produção industrial e extração de recursos. Sassen argumenta que é esclarecedor estudar essas brutalidades “extremas”, pois elas representam a “borda sistêmica” e são indicativas de “tendências subterrâneas” globais que atravessam diferenças na economia política e na geografia. Estudar estes processos político-econômicos ocultos (“subterrâneos”) que estão erodindo o bem-estar social por meio da violência estrutural da “expulsão” (p. 251).

Semelhante ao trabalho de David Harvey (*The “New” Imperialism*. New York, NY: Oxford University Press, 2003), Sassen defende a tese segundo a qual o capitalismo neoliberal é caracterizado por processos violentos de acumulação primitiva, à medida que mecanismos cada vez mais complexos produzem resultados cada vez mais brutais. Em nenhum lugar essa combinação de complexidade e brutalidade é mais gritante do que nas recentes inovações no financiamento imobiliário *subprime* que geraram enormes lucros para especuladores, ao mesmo tempo em que deixaram milhões de pessoas desabrigadas – um processo que a autora descreve como uma “classificação selvagem de vencedores e perdedores” (p. 163). Embora descrever a globalização neoliberal em termos de um processo de “novos recintos” certamente não seja novidade, o livro de Sassen representa uma importante contribuição para a discussão em curso sobre o caráter contemporâneo da acumulação primitiva. Se Marx entendia a acumulação primitiva como o meio pelo qual as pessoas eram incorporadas ao processo de produção capitalista como trabalhadores despossuídos que não tinham nada além de seu trabalho para vender, o argumento-chave de Sassen, no entanto, é que enquanto a fase keynesiana do capitalismo foi caracterizada pela inclusão das pessoas como trabalhadores e consumidores, as novas formas de acumulação primitiva são caracterizadas por uma dinâmica de “expulsão”. “Hoje a acumulação primitiva é executada por meio de operações complexas e de muita inovação especializada, que vai desde a logística das terceirizações até os algoritmos das finanças” (p. 21), escreve a autora para caracterizar as “formações predatórias” da “concentração extrema” (p. 22).

Ao explorar muitas questões de grande escala (como o “fraturamento hidráulico”, apropriação de terras, capitalismo financeiro e mudanças climáticas), todas questões que não podem mais ser mantidas dentro dos limites dos estados-nação, ela descreve tendências globais emergentes que levam a um caminho particular: em direção à expulsão. A raiz latina de expulsão, *expellere* – expulsar – já pode fornecer uma indicação da potência do conceito-chave de Sassen: as expulsões são de natureza contundente e deliberada, nas quais um momento de brutalidade é inerente. As expulsões, sugere Sassen, também são um sintoma importante que sinaliza o alvorecer de uma nova era: alcançamos uma nova fase do capitalismo global, ou melhor, estamos agora na borda sistêmica, onde tanto o velho quanto o novo ainda têm uma verdadeira influência em nossas vidas. E a dinâmica chave neste limite é a expulsão de diversos sistemas em jogo – econômico, social, biosférico (p. 251).

Em nossa tentativa de manter a máquina de crescimento funcionando, estamos tornando os humanos cada vez mais obsoletos: por exemplo, quando camponeses empobrecidos são expulsos de suas terras para dar espaço a agronegócios estrangeiros; ou quando um número cada vez maior de populações aptas é excluído do mercado de trabalho e, em vez disso, armazenados em prisões, centros de asilo ou favelas. Durante a crise econômica, 13 milhões de pessoas foram despejadas de suas casas somente nos Estados Unidos. No entanto, Sassen não para com a expulsão violenta de pessoas do sistema capitalista. Ela insiste sobre a expulsão de economias inteiras, com o caso grego aparecendo com destaque em seu livro. A Grécia fornece um cenário em que a economia de um país contraiu 30%, após o que foi declarado em “estado saudável” novamente por poderosas agências de classificação e outros atores. E, finalmente, ela aborda a expulsão de várias matérias físicas da biosfera: o “fraturamento hidráulico” e as tecnologias semelhantes facilitam a extração de minerais de maneira tão brutal que seções cada vez maiores de terra “morta” e água “morta” são abandonadas como um subproduto infeliz. Esses vastos trechos de terrenos inabitáveis são um lembrete vivo do crescimento que deu errado, e é o aumento da complexidade, acredita Sassen, que é um fator chave para a destruição em larga escala que está surgindo ao nosso redor: “Nossas economias políticas avançadas criaram um mundo em que a complexidade tende a produzir brutalidades elementares com demasiada frequência” (p. 10). E “quanto mais complexo um sistema é, mais difícil é de entender, mais difícil é de assinalar com precisão as responsabilidades, e mais difícil é que qualquer pessoa dentro dele se sinta responsável” (p. 256).

Em um parágrafo particularmente rico, Sassen explica sua ideia de viver no limite sistêmico comparando nossos tempos atuais com o início da industrialização na Inglaterra: uma visão panorâmica da Inglaterra naquela época, ela argumenta, teria proporcionado uma espécie de ilusão de ótica, deixando o espectador com a impressão de uma economia predominantemente rural. No entanto, as “ovelhas da terra estavam agora alimentando as máquinas nas fábricas da cidade. Tanto as ovelhas quanto as máquinas estavam no limite sistêmico: estavam entrando em uma nova era industrial urbana, embora a ordem visual mais ampla fosse a de uma economia rural” (p. 212). Mas linhagens históricas, modos cíclicos de capitalismo e o funcionamento de longo prazo em que David Harvey descreveu como “acumulação por espoliação” infelizmente não desempenham um papel muito importante no livro de Sassen. Os leitores interessados em discernir como as “expulsões” podem ser diferenciadas de formas anteriores de expropriação que sempre foram tão integrantes do funcionamento do capitalismo ficam apenas com a vaga resposta de que “o que pode ser diferente hoje é a complexidade dos componentes-chave” (p. 221).

Seja como for, se a vinheta inglesa mostra que uma sociedade agrária estava colidindo com uma sociedade decididamente industrial naquele momento específico, contra o que Sassen estaria opondo sua nova era de expulsões? É o keynesianismo que está sendo expulso agora.

A lógica mais fundamental por trás da tradição keynesiana, argumenta a autora, tem sido a da incorporação, que em certo sentido é exatamente o oposto da lógica atual das expulsões: “Mas o mundo que começamos a construir no dia seguinte à devastação, iniciando no Ocidente, em especial após a Segunda Guerra Mundial, era o mundo impulsionado por uma lógica de inclusão, por esforços combinados para trazer os pobres e os marginalizados até a corrente política e econômica dominante” (p. 252). O crescimento naquela época também era um meio para avançar o projeto do Estado de bem-estar social, enquanto hoje serve apenas aos interesses corporativos em detrimento das pessoas. Indivíduos comuns costumavam possuir algum tipo de valor intrínseco nos velhos tempos como consumidores em potencial, afirma Sassen, mas a lógica capitalista hoje apenas implica sua expulsão brutal, pois um número cada vez maior de pessoas não é mais considerado útil ao funcionamento do sistema.

Desta maneira, em cada um dos capítulos do livro, Sassen compila uma grande quantidade de dados secundários para registrar em detalhes extensivos como o capitalismo contemporâneo produz expulsões violentas em todo o mundo. O Capítulo 1 explica como as políticas de austeridade se baseiam na expulsão de trabalhadores e consumidores das economias formais em contração, resultando em desemprego crescente, sem-teto e encarceramento em massa. O Capítulo 2 detalha como as políticas de ajuste estrutural destruíram economias e enfraqueceram governos em todo o Sul global, permitindo que o capital estrangeiro reduzisse esses territórios a espaços de extração de recursos naturais e commodities agrícolas, resultando na expulsão de pequenos agricultores. No Capítulo 3, Sassen apresenta uma visão geral dos efeitos destrutivos das inovações que possibilitam a “financeirização” de diferentes setores econômicos. Com foco na securitização da habitação, ela demonstra que a consequência foi a expulsão de americanos de baixa renda de suas casas recuperadas.

O conceito de expulsões de Sassen é importante porque demonstra a necessidade de reconsiderar nossa compreensão da acumulação primitiva para a atual fase do capitalismo. No entanto, há partes do livro em que o material empírico fica um pouco desconfortável dentro do argumento teórico abrangente. No Capítulo 4, Sassen cataloga numerosos estudos de caso de destruição ambiental e argumenta que esses processos representam a expulsão de “segmentos da biosfera”, abandonando áreas de terra e água mortas (p. 245). Embora ela argumente que há um paralelo entre esta e as outras expulsões discutidas nos capítulos anteriores, essa comparação não é explicada com muitos detalhes e pode parecer um pouco tênue. Como resultado, o argumento é mais convincente quando se concentra nas dinâmicas em mudança de inclusão e exclusão entre as eras keynesiana e neoliberal no que diz respeito às pessoas como trabalhadores e consumidores.

Então, qual é a alternativa a essa ordem econômica global caracterizada por crescente complexidade e brutalidade? “O que vem depois?”, pergunta a autora. Os oprimidos de hoje foram expulsos e “sobrevivem a uma grande distância de seus opressores” (p. 19). Acrescente-se

a isso que o *opressor* “é cada vez mais um sistema complexo que combina pessoas, redes e máquinas, sem ter um centro visível” (p. 19-20), apesar disso a autora parece sugerir que “há lugares em que tudo se reúne, onde o poder se torna concreto e pode ser desafiado, e onde os oprimidos são parte da infraestrutura social *pelo* poder. As cidades globais são um desses lugares” (p. 20).

Em suma, embora tenha o cuidado de enfatizar que não quer romantizar a era do pós-guerra, Sassen frequentemente se refere ao capitalismo keynesiano como uma alternativa mais inclusiva à busca estreita do lucro corporativo a todo custo, e prescreve um retorno ao investimento na manufatura como alternativa ao “financeirizar” da economia. Essa tendência de buscar respostas em uma fase anterior do capitalismo parece estranhamente a-histórica e o livro de Sassen não dá conta das mudanças nas condições que levaram ao colapso da produção fordista e à virada neoliberal na segunda metade do século XX. Como a própria autora reconhece quando pede o “reconhecimento conceitual dos espaços dos expulsos” (p. 263), em vez de lamentar a morte de uma forma anterior de capitalismo, devemos olhar para as novas formas de democracia sendo pioneiras nos assentamentos informais de Durban e nas praças públicas de Madri em busca de pistas sobre como seria a alternativa ao governo corporativo. “De modo geral, os espaços dos expulsos clamam por reconhecimento conceitual. São muitos, crescem e se diversificam. São condições conceitualmente subterrâneas que precisamos trazer para a superfície. São, em potencial, os novos espaços para a criação: de economias locais, de novas histórias e de novas formas de pertencimento” (p. 263). No final da triagem selvagem, há esperança de ser encontrada entre as ruínas. Como os oprimidos podem se unir, no entanto, ainda não está claro. Essa exclusão é sintomática de *Expulsões*, obra de leitura fascinante, mas que acaba deixando muitas perguntas sem respostas.

LUIZ FELIPE NETTO DE ANDRADE E SILVA SAHD é professor do departamento de filosofia da UFC.

ANA UTSCH

Estudo crítico-genealógico do autor

Verdadeira experiência de pensamento

UMA GENEALOGIA DO AUTOR: A EMERGÊNCIA E O FUNCIONAMENTO DA AUTORIA MODERNA

Marco Antônio Sousa Alves

Editora UFMG, 2022, 478 p.

Para além dos usos que a teoria literária e o formalismo linguístico fazem das questões referentes à figura do autor ou à autoria, a noção, compreendida a partir de uma perspectiva genealógica, com seus diferentes estatutos históricos e simbólicos, torna-se tema central do funcionamento dos discursos, sejam eles tratados como problema filosófico, jurídico, histórico, literário, linguístico ou, até mesmo, bibliológico, nas suas duas acepções.

Fruto de um longo trabalho de pesquisa, que teve início com uma tese de doutorado em filosofia defendida em 2014 e premiada por diferentes instâncias, o livro *Uma genealogia do autor: a emergência e o funcionamento da autoria moderna*, do Prof. Marco Antônio Sousa Alves, depois de longa e ansiosa espera, é finalmente lançado pela Editora UFMG.

Ao se posicionar como um “utilizador” dos escritos diversos e fragmentados de Michel Foucault sobre a questão da autoria, Marco Antônio Sousa Alves – fiel à recomendação do filósofo francês expressa em um gesto utilitarista de apropriação do pensamento – leva adiante um projeto ambicioso, já anunciado na *Ordem dos discursos*, mas ainda por se realizar: o de analisar, na longa duração, a emergência do autor na modernidade.

O primeiro capítulo do livro, intitulado “Utilizando Foucault”, apresenta, quase exclusivamente, a missão de informar o leitor da recusa à condição-posição de comentador, expressando o desejo do autor de levar a cabo uma nova experiência de pensamento, guarnecida com os instrumentos foucaultianos. O primeiro deles, o mais célebre, é sem dúvida o expresso no conceito de função-autor, cujo funcionamento, em oposição explícita a qualquer tentativa de definição essencialista, é discutido no capítulo seguinte de forma circunstanciada através de três espaços relacionais: o discurso, o sujeito e o poder. Diante da imensa fortuna crítica e das inúmeras vias de apropriação do conceito (e, não raro, apenas do termo) incitadas desde a conferência “O que é um autor”, de 1969, Marco Antônio Sousa Alves, propõe uma ordem de análise, impõe limites ao excesso de discurso e prepara o terreno para a sua análise

genealógica, que começa a ganhar forma no capítulo seguinte, dedicado à história da figura autoral.

Nesse momento, consciente da instabilidade das práticas de produção e circulação dos discursos, que regulam o estatuto do autor, e a despeito de sua condição mutável, Marco Antônio historiciza essa posição e propõe levar adiante a análise de uma figuração específica da função-autor no séc. XVIII, que emergiu na modernidade, traçando os termos para a sua abordagem genealógica, em um esforço consciente de generalização cujo escopo se constitui na abordagem histórico-filosófica. No capítulo que encerra a primeira parte da obra, intitulada “A autoria em questão”, de natureza mais propriamente conceitual e metodológica, os mecanismos do poder autoral são antes caracterizados como uma configuração complexa no interior da qual funciona a função-autor. Recusando a via de uma concepção puramente jurídica ou normativa, Marco Antônio se interessa pela disposição do poder, pelas estratégias empregadas para sustentar a posição-autor.

O projeto genealógico se concretiza efetivamente na segunda parte do livro, intitulada “A construção do autor moderno”. Dividida em três capítulos, que expressam as discussões metodológicas realizadas na primeira parte, a análise da emergência é realizada a partir de três modos de funcionamento dos discursos, cada um deles inscritos historicamente com a consciência do caráter instável dos elementos materiais próprios dos sistemas de produção dos textos, dos elementos de controle estabelecidos pela censura e dos aspectos mercadológicos que regulam a cultura escrita. O primeiro modo de funcionamento é caracterizado pela abertura das posições de autoridade na passagem entre o saber escolástico o saber renascentista (sécs. XIV-XV), o segundo é desenhado pela expansão inédita dos processos de circulação dos textos com o aparecimento da imprensa e pela invenção de novos mecanismos de controle dos discursos (séc. XVI-XVII), o terceiro traz, finalmente, a figura do autor moderno, proprietário de sua obra no seio de transformações jurídicas, literárias, estéticas e mercadológicas. Marco Antônio Sousa Alves parece concretizar aqui – ao dar forma e realidade a uma análise matizada de cada uma dessas periodizações que compõem a sua genealogia – um projeto antigo, expresso por outros autores que se debruçaram sobre o tema, como os próprios Foucault e Chartier, mas que por diferentes razões não o levaram a cabo, talvez pela dimensão obrigatoriamente generalista.

No primeiro capítulo da segunda parte, a autoridade do autor é discutida, primeiramente, através de uma abordagem lexicográfica que circunscreve o uso do termo autor na modernidade. Em seguida – em um recuo cronológico deliberado, que parte da discussão sobre o estatuto do autor no seio do funcionamento discursivo próprio da escolástica, assim como das relações entre criação e autoridade divina – o capítulo retoma ainda parte da periodização (sécs. XIV-XV) proposta por Roger Chartier no seu ensaio “Figuras do autor”, que integra o *A Ordem dos Livros*, para identificar e analisar um momento fundamental da história dos regimes

de distribuição dos discursos. Direcionando sua análise para o campo da materialidade dos textos, Marco Antônio Sousa Alves, também fiel aos ensinamentos de D. F. Mckenzie, para quem os discursos só existem nas suas realidades materiais – e se valendo de casos específicos desenvolvidos por pesquisadores de diferentes campos e de exemplos do jargão da história do livro – oferece ao leitor um panorama das transformações de ordem material e técnica que marcaram a regulação do mundo do escrito ainda antes do aparecimento da imprensa. Tal abertura, que não se limita ao campo exclusivamente discursivo, afeta sem dúvida seu projeto genealógico, que passa a integrar as formas de materialização do texto – na sua historicidade – para analisar a emergência e o funcionamento da autoria moderna. Com essa compreensão, e livre de qualquer determinismo tecnológico, a materialidade dos discursos incide sobre a autoridade dos textos.

Longe de se posicionar no campo historiográfico que exalta a grande revolução da cultura impressa, indicando os termos da discussão polêmica sobre o valor atribuído à passagem do manuscrito ao impresso, Marco Antônio Sousa Alves situa o segundo momento de inflexão do funcionamento dos discursos e da emergência do autor exatamente na consolidação da cultura impressa no Ocidente, entre os séculos XVI e XVII. Contudo, não nos enganemos, se, por um lado, é inegável a consolidação de um mercado livreiro que transforma radicalmente os espaços de distribuição dos discursos, por outro lado, e afastando-se da exaltação do “mito iluminista do progresso”, a expressão é do autor, sua análise vai no sentido da identificação das formas de limitação e de controle da massa discursiva que a cultura impressa coloca em circulação a partir do séc. XVI. Com essa consciência, a análise que, em um primeiro momento, evidencia as formas de proteção e consagração autoral – a partir do desenvolvimento e da institucionalização dos sistemas de privilégio e de mecenato, que passam a regular as publicações ao longo do Antigo Regime –, resvala na análise dos mecanismos de censura e da consequente afirmação do autor como transgressor, junto a outras personagens do universo de produção do impresso – editores, livreiros, mercadores ambulantes –, cujos crimes compunham a categoria do *fait de lettres*.

Em seu percurso genealógico, no último capítulo do livro, a figura do autor, como produtor de bens culturais, afirma-se finalmente no séc. XVIII; e à ordem da tradição se opõe e se impõe o indivíduo criador, detentor dos direitos morais e patrimoniais de sua obra. Ao encarar a questão, Marco Antônio Sousa Alves se volta, primeiramente, para a consolidação do mercado do livro no séc. XVIII, momento marcado pela emergência de um novo gênero literário, o romance, e de um novo regime estético dos discursos, que coloca em questão a longa hierarquia de gêneros aristotélica e seus valores, sustentados, ao longo de séculos, pela noção de verossimilhança. Para além da identificação da emergência da figura do autor comercial, a expansão expressiva do mercado editorial europeu, que aparece a partir de exemplos que contemplam sobretudo o caso francês, leva Marco Antônio a se interessar pela própria figura do editor moderno, que é em seguida plenamente consolidada no séc. XIX, na era da segunda revolução do livro. É a

partir deste contexto que a análise dedicada ao nascimento de direito de autor e ao copyright é desenvolvida, caracterizada respectivamente pelos casos inglês, francês e alemão. Finalmente, no seio do novo regime estético da arte de escrever, a figura do autor se afasta da legitimidade conferida pela tradição e pelo trabalho colaborativo para se afirmar no seio do ideal de singularidade, genialidade e originalidade, exaltado pelo romantismo. Para analisar essas transformações observadas no séc. XVIII, Marco Antônio se debruça sobre as mutações das concepções estéticas, nas quais a expressão se impõe à imitação.

Como o leitor poderá perceber, o alcance temático-conceitual do livro de Marco Antônio Sousa Alves vai muito além dos limites constituídos em torno da questão da autoria. A diversidade de elementos e a complexidade das realidades históricas analisadas, com todos os riscos oferecidos por uma abordagem generalista desta envergadura, fazem deste estudo crítico-genealógico um livro de rara erudição, no qual o leitor das humanidades, encontrará, sem dúvida, como quis o autor, uma experiência de pensamento.

ANA UTSCH é professora da Escola de Belas Artes da UFMG vinculada ao programa de Pós-Graduação em Letras: estudos literários – FALE|UFMG.

JULIO DE SOUZA COMPARINI

A virtude atual da filosofia grega clássica

FILOSOFIA POLÍTICA, TOLERÂNCIA E OUTROS ESCRITOS

Mário Miranda Filho

ALMEDINA BRASIL, 2020, 335 p.

Os textos de *Filosofia política, tolerância e outros escritos* foram originalmente reunidos em forma de tese pelo autor, Mário Miranda Filho, na ocasião de sua inscrição no concurso público que lhe rendeu o título de livre-docência no Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, instituição na qual foi professor entre 1974 e 2018, ano de sua morte.

Da primeira seção do livro, que se projeta sobre temas extremamente sensíveis na atualidade (direitos das mulheres, interseccionalidade etc.), vale retomarmos a definição empírica de intolerância trabalhada pelo autor: “[...] a intolerância é uma manifestação perversa, como cremos, de uma afirmação excludente, particularista, tribalista, que institui fronteiras apenas com o propósito de demarcar o território do mesmo em relação ao outro, do nosso em relação ao deles – “os infiéis” –, numa operação em que os segundos são sempre potencial ou realmente excluídos, se não eliminados. Ser intolerante é instituir uma identidade (de ego, de grupo), com o propósito de negar ao outro sua humanidade, sua dignidade” (p. 27-28). Em complemento, um diagnóstico psíquico do fenômeno é proposto a partir da lembrança do *Guia dos perplexos* de Moses Ben Maimônides, segundo quem os homens tendem natural e simplesmente a prezar o que é familiar e temer o que é estrangeiro (p. 31).

Mário Miranda destaca, então, que embora tenhamos conseguido escapar há pouco dos totalitarismos de direita e de esquerda, vivemos agora sob a contínua ameaça do fanatismo e do relativismo (p. 25) – no que, aliás, o autor se aproxima do que vem sendo apontado pela recente literatura sobre a “crise das democracias” (de que podemos mencionar, exemplificativamente, os títulos *Como a democracia chega ao fim*¹, de David Runciman, *Como as democracias morrem*², de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, e *O povo contra a democracia*³, de Yascha Mounk).

1 RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

2 LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

3 MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Por isso mesmo, diz Mário Miranda, “[...] pode ganhar sentido uma reflexão que saiba, como souberam nossos antepassados, fazer prevalecer a razão, oferecendo alternativas à violência e às imposições arbitrárias, garantindo a diversidade e a divergência” (p. 25). Os antepassados a que o autor se refere são a plêiade de filósofos que, em esforço dialético desde a antiguidade grega até o presente, lutaram e lutam – inclusive sacrificando a própria vida, como no notório caso de Sócrates – para ampliar as fronteiras da tolerância. Tem-se aí, pois, o elogio da filosofia e desses praticantes de uma modalidade de saber que propiciou, entre outras coisas, a fundação das liberdades de consciência, de religião, de imprensa, de reunião, de associação e, também, o estabelecimento da própria separação entre estado e igreja, além da invenção do estado de direito (p. 24).

Um dos méritos do legado de Mário Miranda está, sem dúvida, em resgatar o papel da filosofia grega clássica para a “tradição filosófica dos direitos humanos e da tolerância” (p. 57). Para o autor, Sócrates, Platão e Aristóteles ainda têm muito a nos dizer sobre o mundo de hoje – de modo que são também eles clássicos no sentido atribuído à palavra por Ítalo Calvino⁴. O século XX nos dá uma prova disso: quando Martin Luther King escreve, da prisão de Birmingham, no estado americano do Alabama, em abril de 1963, contra o racismo e a intolerância, lembra Mário, um dos personagens a que se refere (por três vezes) é Sócrates, para o pastor modelo de prática da desobediência civil e da revolta contra a “[...] prevalência do ‘direito do mais forte’, tese dos antigos sofistas – notadamente Trasímaco [...]” (p. 58).

Na segunda seção do livro, voltada à filosofia política, Mário Miranda elabora reflexões sobre questões contemporâneas a partir da filosofia antiga, particularmente do pensamento socrático-platônico. A respeito do lugar da Constituição no pensamento filosófico, por exemplo, o autor explica que os documentos jurídicos, para Platão, na melhor das hipóteses possuem não mais do que o estatuto de substitutos da preferível sabedoria de primeira ordem e viva de um filósofo que pudesse governar a cidade de acordo com as ideias e por meio da educação (*paideia*) – uma postura cuja consideração talvez seja valiosa em um país que vem insistindo tanto em operações policiais e na judicialização da política, como se no direito estivesse nossa salvação.

Assim, apesar de recordar o episódio do *Crítion* para afirmar que, na prática, é melhor uma legislação que seja às vezes injusta do que nenhuma legislação, Mário mostra a vantagem do jusnaturalismo platônico presente em *A república* para fins de combate a todo e qualquer tipo de abuso (inclusive, e em especial, os abusos praticados pelo próprio estado): no contexto da lei natural, o “conteúdo do conceito de direito não se funda na esfera do mero poder e da vontade, mas na pura razão” (p. 85), o que nos permite recusar as injustiças eventualmente pautadas em leis positivas.

Ao tratar do tema da *politeia* e do republicanismo clássico, o autor toca em um assunto

4 CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 9-16.

caro a ele próprio e também a um de seus pensadores contemporâneos preferidos (em favor de quem sempre procurou promover desagравos, como se vê nos textos do livro): Leo Strauss. Na aguda percepção desse filósofo, a filosofia ou ciência, “the highest activity of man, is the attempt to replace opinion about ‘all things’ by knowledge of ‘all things’; but opinion is the element of society; philosophy or science is therefore the attempt to dissolve the element in which society breaths, and thus it endangers society”⁵. Diante desse tipo de problema é que Leo Strauss “faz a descoberta que segundo a crítica lhe valerá o título de descobridor da arte de escrever, o exoterismo” (p. 203).

Para elucidar tais aspectos, e nesse ponto já estamos a mesclar comentários acerca das reflexões de Mário Miranda na segunda e na terceira seções da obra, Platão é retomado no ponto de *A república* em que se anota que “a razão é apenas uma ilha minúscula da alma cercada, numa célebre imagem, de feras por todos os lados” (p. 126). Então, os eventos que propiciaram o surgimento daquilo que se pode designar de filosofia política têm a ver com a compreensão da necessidade insuperável, para a filosofia, de “uma forma de comunicação que, sem prejuízo de revelar seus pensamentos mais desafiadores, se apresentasse revestida de prudência e de moderação, de modo a criar um clima de aceitação de seu ideário por parte de seus concidadãos” (p. 13-14); dito de outro modo, a filosofia política é a filosofia que se volta sobre a *polis* e que percebe o valor de uma “retórica para se proteger” (p. 115).

Disso se extrai uma filosofia política que envolve, portanto, a estruturação de um regime misto, ou seja, de uma *politeia* de caráter composto (e não puro), que possa abrigar simultaneamente, ainda que de modo parcial, as diferentes partes componentes da cidade (p. 128). Nessa linha “realista” também está Aristóteles, que faz a apologia de uma comunidade política constituída preponderantemente pela classe média, em que não exista prevalência dos extremos (p. 135).

O apêndice do livro contempla uma narrativa pessoal do autor em seu “caminho para a filosofia” (p. 281-327): para além de uma espécie de prestação pública de contas, em que Mário insiste nas suas críticas ao historicismo e ao relativismo modernos, tal relato é, para seus alunos e amigos, fonte de alegria e saudade imensas.

Como palavra final, recordamos daquilo que Francis Wolff considera ser “uma riqueza para todo o sempre”: o “pensar com os antigos” – algo de que a obra de Mário Miranda é um corajoso e máximo exemplo. Explica-nos o professor francês: “Pode ser que somente se possa pensar dentro de formas herdadas. Mas isso não significa que devemos nos contentar em apenas aceitar a herança. Se pensarmos com a filosofia antiga, talvez seja possível filosofar hoje em dia. Tomar emprestado dos antigos é pegar o que continua sendo deles, portanto é tentar lê-los

5 STRAUSS, Leo. STRAUSS, Leo. “On a forgotten kind of writing”, in “*What is political philosophy?*” and other studies. Chicago: The University of Chicago Press, 1988, p. 221.

fielmente, adequando nosso olhar histórico sobre eles, mas é também tentar compreendê-los por completo, integrando seu pensamento ao nosso”⁶.

Não muito distante desse espírito está um dos poetas de cabeceira de Mário, Carlos Drummond de Andrade, que a certa altura escreveu: “E como ficou chato ser moderno / agora serei eterno”⁷.

JULIO DE SOUZA COMPARINI é doutorando em filosofia pela USP e professor da PUC-Campinas. Foi orientado pelo professor Mário Miranda Filho durante o curso de mestrado, entre 2011 e 2015.

6 WOLFF, Francis. *Pensar com os antigos: uma riqueza de todo o sempre*. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 7.

7 ANDRADE, Carlos Drummond. *Fazendeiro do ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 43.

PEDRO FERNANDES GALÉ

Uma delicada cartografia da modernidade

A PAIXÃO DA IGUALDADE – UMA GENEALOGIA DO INDIVÍDUO MORAL NA FRANÇA

Vinicius de Figueiredo

RELICÁRIO EDIÇÕES, 2021, 280 p.

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades
(Camões, Sonetos, LII)*

O livro *A paixão da igualdade*, de Vinicius de Figueiredo, é daqueles que nos inserem em uma história cujo primeiro impulso se apresenta na forma de pergunta: “Como foi que chegamos a essa combinação entre igualdade e liberdade que, de tão familiar, põe em xeque nossa identidade como sujeitos toda vez que se vê ameaçada?” (p. 9). Ao explorar os arranjos desse binômio, o que o leitor pode acompanhar, quase que a contrapelo, é a formação de aspectos centrais do que chamamos de subjetividade moderna. Não se trata de mergulhar nas vias do espírito, mas de acompanhar, diante de um recorte muito singular “as relações existentes entre processo social e esquemas discursivos” (p.10). Esse arranjo, que se faz desdobrar desde o século XVII, apresenta aspectos centrais da formação de uma concepção de sujeito que se desenha, entre caminhos e descaminhos, ordenamentos e inversões, num trajeto que coloca em cena momentos e movimentos dos mais singulares. A obra em questão parece estar afinada com os dizeres do saudoso Professor Luiz Roberto Monzani na apresentação aos *Diálogos sobre a pluralidade dos mundos*, de Fontelle: “é praticamente impossível compreender com clareza todo o desenvolvimento da problemática conceitual do século XVIII se não acompanhamos o conjunto lento de uma dilaceração conceitual que acontece nesse hiato onde o clássico convive com o novo e novas formas de percepção emergem lenta mas inexoravelmente” (*Op. Cit.* p. 9). Ao investigar a emergência do indivíduo moral na França o livro salienta diversos aspectos desse dilaceramento que está na base do que se convencionou chamar de moderno ou modernidade.

Esse viés que, já desde o subtítulo, “uma genealogia do sujeito moral na França”, poderia

indicar uma genealogia da subjetividade que visasse as sendas do espírito, ou ainda mergulhos sucessivos em diversas facetas do sujeito, se faz diante do diapasão de modelos filosóficos, e até mesmo teológicos, que se apresentam como que de modo a afinar a sucessão de mudanças sociais e alterações do horizonte normativo nas quais os interagentes se veem inseridos, ainda que sem qualquer sorte de sujeição. Livros desse tipo devem ser observados em sua totalidade; escapando a qualquer tipo de censura de especialista que ele possa mobilizar, seu lastro é apresentado no todo e é a penas diante do todo, ou seja, do trajeto para o qual a mola propulsora, tensionada entre liberdade e igualdade, parece nos projetar, que podemos apreciar os movimentos demonstrados pela grande gama de aspectos levantados. Longe de tratar de uma sequência de teorias e de a partir disso construir um panorama, o livro parece caminhar e buscar mover objetos dos mais sortidos para que se figure um tipo de sujeito que se vai formando num constante jogo de afastamento e aproximação em relação a uma série de sistematizações e de modelos discursivos e sociais.

O que parece estar em curso aqui é um tipo de abordagem na qual o autor, como nos indica, mais uma vez, o professor Monzani em sua introdução ao *Desejo e prazer na idade moderna*, busca “seguir um filão [...] trabalhando retroativamente, como um detetive que constrói uma história” (1995, p.15). É diante desse compromisso, de tratar uma questão que se desenvolve historicamente, que os movimentos e análises do livro de Vinicius de Figueiredo ganham sabor e nos compelem a seguir seus passos diante de suas indicações de vias e transformações da trama conceitual. As caracterizações se desenvolvem e recuam diante de um sujeito que a cada passo se vê transformado. Diante desse intenso sobrevoos (conforme a descrição do trajeto feita pelo autor em sua conclusão), o leitor se vê alçado a um tipo de tratamento das questões que se coloca à prova diante dos mais diversos objetos, tais como pinturas, tragédias, romances e, é claro, obras dos filósofos.

Em nenhum dos casos acima citados podemos dizer que o tratamento se dê no âmbito ilustrativo ou exemplar diante de qualquer movimento conceitual, muito menos estamos diante de um quadro epistemológico em vias de confirmação. As tragédias de Corneille e Racine, as pinturas de Le Brun e Watteau, os romances de Madame de La Fayette não nos são apresentados como que constrangidos nos círculos propostos pelas obras de Descartes, Pascal, Rousseau e Diderot. O aspecto artístico, na falta de uma palavra melhor, não se apresenta de modo a exemplificar mudanças conceituais já estabelecidas. Obras de arte são elencadas como lugares de tratamento e investigação; elas participam, são parte dessa transformação. Elas são como que a apresentação sensível de uma sucessão de mudanças e de suas respectivas reações. E é na apreciação dada individualmente a cada um desses lugares, provenientes tanto do elemento artístico como do teórico, que poderia residir o calcanhar de Aquiles do livro, porém, e outra vez retomamos as palavras de Monzani, mesmo sabendo que “o especialista neste ou naquele autor poderá sentir-se decepcionado com o tratamento a eles conferido”, devemos

ter “consciência dessa limitação, mas é a consequência de inserir um autor ou texto numa determinada questão que se desenrola historicamente” (1995, p. 15).

É pela própria inserção de autores, textos, escolas e quadros num trajeto histórico que a obra deve ser lida, não se deve buscar, em obras desse caráter, uma concordância unívoca entre os autores de filosofia e os artistas, entre aspectos sociais e discursivos. Devemos julgar a cartografia não pelo vão detalhe, mas pela apresentação das vias percorridas. Não estamos aqui a dizer que haja um tratamento insuficiente de qualquer dos objetos tratados, mas indicando que é na força dos argumentos e de sua ordenação que reside a grande virtude do livro e não no esgotamento de questões que nos acometem diante da indicação de autores e artistas. Não devemos ler *A paixão da igualdade* como se lê um livro de comentários a sistemas e textos; o livro trata de uma investigação, por vezes difusa e por vezes contraída, acerca de aspectos cruciais da idade moderna. A questão base sobre a modulação entre liberdade e igualdade ganha nessas linhas as mais diversas facetas e se vê metamorfosear em questões das mais destacadas acerca da modernidade: sujeito e sociedade, formas e normas, subjetividade e intersubjetividade. Questões que embora mantenham um substrato comum, avançam na direção de um indivíduo moral que, no mais das vezes, embora tenha nascido na França, parece adquirir sua certidão e cidadania em terras germânicas.

Essa história que nos mostra a grande gama de possibilidades de se dizer o indivíduo moderno, segundo Vinicius, tem, entre seus motes, a ascensão e o declínio do herói clássico. Nessa construção acompanhamos inicialmente como “tanto o herói corneilliano quanto o virtuoso cartesiano atuam no sentido de instaurar ordem ali onde prevalece a arbitrariedade do mecanismo e a contingência da matéria” (p. 79). Esse, digamos, substrato clássico não trataria da retomada de valores antigos e de um mundo que os contempla e permite que sua ação virtuosa se imponha. Os heróis aqui indicados se veem diante de um mundo novo, de uma trama conceitual e socialmente diversa.

Diante dessa apresentação, quase que à contraluz, um traço muito rico, e pouco explorado (não por qualquer sorte de falha do texto, mas por não passar de uma indicação colateral), se coloca: o fato de *O Cortesão*, de Baltasar Castiglione dar lugar ao *O herói*, de outro Baltasar, o Gracián, na preferência do público leitor (cf. p. 67). Eis aqui um exemplo claro de como, na posição de leitores, podemos ser mesquinhos diante de uma obra como *A Paixão da Igualdade*; ao analisar esse aspecto, indicado por Peter Burke, o autor não nos indica um outro texto de Gracián, que segue a linha iniciada em *O herói*, a saber, *O discreto*, no qual o autor, um jesuíta *sui generis*, declara ao final algo que jogaria água no moinho do livro que estamos a comentar: “Importa muito a prudente reflexão sobre as coisas, pois o que em primeira instância passa como que em voo, depois se alcança em revista.” (*Op. Cit.*, XXV).

Esse preterimento de Castiglione, para além da reação com o poder, também se dá, no sentido de que a apresentação deste discreto, que se vê humildemente postado diante da

grandeza de Nosso Senhor, tem na reflexão uma de suas mais importantes características. A *sprezzatura*, algo como uma pretensa displicência que “oculte a arte e demonstre que o que se faz e diz é feito sem esforço e quase sem pensar” (*O cortesão*, 2018, p. 43) de Castiglione parece dar lugar a algo medido e refletido, num modelo que indica, nas palavras de Vinicius de Figueiredo, o “uso pessoal da reflexão como fator de direcionamento das paixões” (p. 134). É claro que, se lembrarmos que uma das tópicas mais caras à prosa de Gracián seja a do *desengaño*, um tal quadro não se apresentaria como isento de outras novas problematizações. Não nos faltariam subterrâneos a indicar nesse quadro histórico de superfície apresentado numa “genealogia” e conduzido sob a propulsão tensionada entre a liberdade e a igualdade. Caberia aos leitores, em seus diversos pontos de partida e universos de referências, dar ainda mais corpo a essa história tão bem traçada no livro, ainda que a contrapelo.

Consistiria em erro grave se um desavisado leitor, a partir dessa indicação subterrânea, se colocasse a buscar falhas e fissuras nas caracterizações apresentadas, assim como nos movimentos empreendidos pelo texto. Nesse tipo de obra, a intenção nunca é a de esgotar ou fechar as questões; tal sorte de livro, a despeito da adesão ou não a suas indicações, opera no mais das vezes como incitação ao leitor, transbordando suas passagens para além de suas próprias fronteiras, indicações e arranjos, fermentando no leitor uma série de outros desdobramentos que o livro não indica (e nem deveria indicar!), mas que enaltecem a grandeza desse tipo de construção. Aquilo que numa leitura mesquinha pode ser entendido como lacunar, deve ser entendido como convite; e essa série de convites que a obra apresenta constitui, talvez, a maior de suas grandes virtudes.

Os sucessivos flancos a que o autor nos projeta, nos quais entramos por conta própria ao extrapolarmos os limites a que a obra se vê circunscrita, só nos remetem ao que o trajeto tem de fundamental, servir de mapa, indicar muitas possibilidades. Isso se deve ao adensamento hercúleo que uma obra desse tipo tem de colocar em prática. Buscar ranhuras na construção, ato míope por excelência, impediria que o leitor siga as veredas que uma obra dessa sorte tem o mérito de indicar. O caminho a que somos levados se faz de modo que a cada novo passo uma gama de inquietações assale o leitor. *Grosso modo*, poderíamos expor em linhas muito generalizantes essa riquíssima via em seus grandes cruzamentos: da dupla conceitual e variegada em seus arranjos, liberdade e igualdade, o autor nos leva ao que chama de moral de relevo, destacando, no passo seguinte, um indivíduo nivelado que se vê cômico da desmedida entre ele e a natureza que o cerca, seguindo, então, para o exame das virtudes de superfície do século XVIII, frutos de certo desacordo entre a afirmação do sujeito e o seu cotidiano, desembocando ao final numa inversão do dualismo operada por Rousseau e Diderot (diante deste último, o autor de *Jacques o Fatalista*, é notável o esforço para se fazer ressoar um materialismo que mantenha algum tipo de ligação com o dualismo). Esse percurso não se faz de modo pacífico e sem problemas a serem percebidos, mas mantém seu vigor enquanto senda

especulativa pela perspicácia dos movimentos conceituais sugeridos em suas linhas. Nesse sentido, podemos dizer que *A paixão da igualdade*, se lança sempre para além de suas próprias caracterizações a cada nova leitura, a cada novo leitor.

Ainda uma palavra – pois não estamos a pretender qualquer sorte de análise exaustiva deste livro, que é, em última análise, por sua amplidão, irrenunciável – sobre os passos dados diante de algumas das obras artísticas, ou ainda, obras que não se pretendem conceituais. Vinicius de Figueiredo parece estar afinado com a célebre declaração de Habermas sobre Schiller de que “a própria arte é o *médium* pelo qual o gênero humano se forma para a verdadeira liberdade política” (*O discurso filosófico da modernidade*, 2002, p. 66). Digo afinado, pois aqui há uma expansão, a arte também parece manter relações claras com a igualdade, ou melhor, com o arranjo movente entre liberdade e igualdade; os móveis do livro, como já sabemos. É diante do trato com as obras, sejam elas tragédias clássicas francesas, novelas galantes, pinturas do que se convencionou chamar de rococó, ou até mesmo os contos filosóficos de Voltaire, que percebemos marcas distintivas de uma modernidade em construção, ou ainda, da eclosão de uma subjetividade em constante consolidação e desarranjo com o mundo.

Longe de tratar as obras como apresentações artisticamente determinadas da mudança em curso, é a partir delas que se desenvolvem argumentações que visam indicar mudanças no plano político, conceitual e social descortinadas de modo a admitir um espírito de época figurado ou poetizado. Esse espírito se apresenta, na construção da argumentação, de modo mais eficaz nas artes que na teoria usualmente a ele vinculada; nas palavras de Vinicius: “Nelas [a dramaturgia, a reflexão poética ou da psicologia], porém, assim como ocorre na discussão de alguns quadros e romances, os deslocamentos semânticos que culminam na reinterpretação de conceitos são mais perceptíveis precisamente porque as escolhas efetuadas não são orientadas por uma aplicação estritamente doutrinal. Visto aí serem estilizadas, tornam-se mais evidentes.” (p. 25).

Em algumas das mais belas linhas do livro, as sobre Watteau, o autor parece lançar mão desse recurso prolífero diante da imagem, uma espécie de exegese que se ampara num “solo comum da humanidade” que “ganha contornos específicos” (p. 135). O que nos apareceria nas imagens do pintor de *Peregrinação à Citera* é uma apresentação de um momento presente que, apesar de ganhar o mundo estático dos quadros, “é pago à vista pelos disfrutes ocasionais” (p. 137). O pintor, a reboque desse universo pictórico que se evidencia pela “falta de cosmos”, pela caracterização da cena como se “por força de habitarem um parêntese do discurso principal, revelassem a substância dramática daquilo que é acessório, mediano e não heroico” (*Ibid.*), surge como dimensão pictórica de um deslocamento que faz ressaltar “dois polos complementares: fragilidade e dissipação” (p.141).

Diante desse pintor às voltas com “o potencial narrativo da vida mundana”, as “questões liberadas pela ruptura com a moral de relevo foram objeto de uma interpretação abrangente,

que empregou o descompromisso da pintura de gênero para identificar, sob a aparência do prosaico, a novidade do indivíduo sem pertencimento” (p.143). É diante desse novo regime da imagem que o livro nos encaminha para a categoria da composição – e esta já nos é indicada desde as suas primeiras linhas, quando na apresentação lemos a seguinte linha: “O indivíduo virtuoso é aquele que se posiciona no centro da *compositio*.” (p. 14). Aquilo que para Baxandall, em seu *Giotto e os oradores*, (2018, p. 150) tratava uma “metáfora bastante precisa que transfere à pintura um modelo organizacional proveniente da retórica”, ganha aqui uma caracterização muito diversa, ligada ao herói e a sua centralidade na pintura da história. Caracterizar essa composição pode ter sido o grande passo dado por Alberti no século XV, no seu tratado *Da pintura*. A relação do desenho, ou melhor, da circunscrição, com a composição pode ser entendida como a transferência, metafórica, talvez, das tópicas apreciadas pelo ambiente retórico-humanista ao ofício do pintor, enaltecendo-o pelo próprio modo como a pintura pode ser transmitida como método e doutrina: “Digo que a composição é aquele processo de pintar pelo qual as partes se compõem na obra pintada. A grande obra do pintor é a história; os corpos são partes dessa história; os membros são partes desses corpos; as superfícies são partes dos membros.” (*Da pintura*, 2018, p. 105).

A composição designa em grande parte das doutrinas das artes uma hierarquia de quatro níveis em uma apresentação que, a partir do rudimentar, o desenho/circunscrição, apresenta uma estrutura que dá validade ao papel de cada elemento do quadro disposto diante do observador. Superfície, membros, corpos, história cumprem a transferência, também apontada por Baxandall (Cf. 2018, p. 151), de um conceito técnico elementar, advindo das artes do discurso, onde a palavra é usada para formar a frase, frase forma a cláusula, e a cláusula, por sua vez, funda o período. Esse modelo transfere os quesitos organizacionais do discurso, em termos de semelhança, para a superfície pintada. Ainda que concedamos que já nessas doutrinas a história seja o mais alto objeto da pintura, e se junto a isso pensarmos que em Watteau a história não seria a grande motivação, ainda assim temos dificuldades em entender que disso advenha um “pouco caso que Watteau fez do alcance ordenador da composição em relação à narrativa” (p.139).

Se tomarmos a hierarquia estabelecida, na ordem compositiva apresentada por Alberti, pelo topo, ou seja, pela história, tais declarações ganham sentido, mas se a composição trata dos modos como a pintura pode ser organizada a ponto de cada superfície plana e cada objeto ter a sua função no esforço do artífice para gerar o efeito pretendido, não podemos pensar que as pinturas em questão não possuam um arranjo compositivo estabelecido. Tratando do quadro *Pierrot* ou *Gilles*, Vinicius declara: “A composição também é segmentada: planos distintos coexistem sem obter reconciliação – que de resto não parece ser buscada” (p. 142). Podemos pensar se tratar de um novo modo de se colocar em prática o preceito da composição, mas teríamos dificuldades em declarar seu abandono. A força e a beleza das linhas que nos

apresentam Watteau e seu lugar interessantíssimo nessa história nos permite pensar, ainda que sob o risco de descambarmos em uma tópica clássica que o livro pretende afastar, que a composição mantém sua centralidade, se a pensarmos como aparentada à *dispositio* retórica e se lembramos que Cícero, em suas *Partições oratórias*, dizia ser papel do orador acomodar a disposição do discurso à finalidade da questão, poderíamos inferir que a disposição se altera toda vez que a questão se vê mudada. No caso da pintura, uma vez mudado aquilo que se busca figurar, ou ainda o assunto, muda-se o modo de composição. O afastamento da história, do herói e da ação elevada implica na mudança da questão, mas a composição, ainda que diante de um regime de verossimilhança diverso, nos parece permanecer. Mesmo diante de um novo mundo e novas referências figurativas, Watteau ainda assim compõe.

A mudança que se vê apresentada na adesão “à jovialidade da vida cotidiana de cortesãos e burgueses médios ou de camadas altas, retratados em momentos de ócio, lassidão ou devaneio” (p. 140) não trata, acreditamos, do abandono da composição, mas de uma dissolução da hierarquia dos gêneros pictóricos e dos modos da apresentação na cena; ainda que não tenhamos a história (o que não deixaria de ser controverso, pois poderíamos reduzir, num gesto um tanto brusco, é verdade, a história à cena), ainda temos, retomando as tópicas de Alberti, superfícies e membros que em sua totalidade compõem os corpos. Mais uma vez, não se trata de mesquinhez, ou de desqualificação do excelente trabalho que aqui resenhamos, mas de apresentar mais um daqueles movimentos que, para além da adesão ou do embate, nos convidam a partir de nossas referências para buscar algo a acrescentar nessa história, ou ainda, das riquíssimas questões que se veem suscitadas nessa genealogia.

Assim como obras hoje clássicas, como *O problema do conhecimento* e *A filosofia do iluminismo*, de Cassirer; *A crise da consciência europeia*, de Paul Hazard, o já citado *Desejo e prazer na idade moderna*, de Luiz Roberto Monzani, o livro *A Paixão da igualdade*, nos transforma, nos impele a acompanhar um desenvolvimento que se faz e que é apresentado nas suas mais específicas facetas. Longe de um voo panorâmico, o percurso nos faz observar aspectos e transformações em suas manifestações mais surpreendentes sem nos deixar diante de qualquer sorte de vagueza ao nos indicar suas perplexidades. Um livro raro para o qual devemos torcer por apontamentos que levem a uma reflexão ulterior de seus leitores, isso em muito faria crescer o debate acerca desse período tão rico em transformações e do qual, de algum modo, ainda somos herdeiros. A leitura de uma obra como essa deve mover seus leitores a buscarem acrescentar ainda mais matizes nesse quadro que é impressionante sem ser impressionista. Afastado de toda sorte de preciosismo, o debate que Vinicius de Figueiredo nos propõe é de muita riqueza, quer pelo próprio conteúdo do livro, quer pelas mais diversas possibilidades de desenvolvimentos a que somos convidados a enveredar. Da tensão dual entre liberdade e igualdade ao universo de questões apresentadas pela obra, o percurso percorrido não pode ser estéril em nenhuma via de leitura, até mesmo a mais canhestra. Um livro que

deve ser medido, sem que se dispense o vasto e bem apresentado conteúdo de suas linhas, também pelo debate a ser suscitado por ele. Algo que diante das diversas resenhas, às quais nos somamos, parece estar já em curso. Devemos sempre celebrar empreendimentos dessa sorte, ainda mais em um momento em que, sob o olhar circunscrito de alguns especialistas, a prosa filosófica se veja tão desatrelada em relação a discursos e imagens que lhe são irmanados. Celebremos e apreciemos essa grande empresa, *A paixão da igualdade – uma genealogia do indivíduo moral na França!* Uma genealogia que, esperamos, traga à luz novas genealogias!

PEDRO FERNANDES GALÉ é professor na UFSCar/CAPES

BEATRIZ PORCEL

O esplendor da liberdade e do público

O DIA DE GLÓRIA CHEGOU – REVOLUÇÃO, OPINIÃO E LIBERDADE EM TOCQUEVILLE E ARENDT

Rosângela Chaves

EDIÇÕES 70 (Coleção Anpof), 2022, 551 p.

O livro que apresentamos, *O dia de glória chegou – Revolução, opinião e liberdade em Tocqueville e Arendt*, de Rosângela Chaves, é resultado de sua tese de doutorado obtida na Faculdade de Filosofia da UFG e selecionada para publicação na coleção Anpof (Edições 70).

Não é, como se poderia pensar, um trabalho puramente comparativo entre os dois autores, mas uma análise exaustiva e erudita de alguns conceitos-chave escolhidos para apontar correspondências e aproximações que são, segundo a “Introdução” da obra, revolução, opinião/opinião pública e liberdade. Trata-se, como diz Rosângela Chaves, de um diálogo imaginário que é possível devido “às confluências próximas na forma como abordam a política e as potencialidades da ação coletiva”, ambos – Arendt e Tocqueville – imersos em seus tempos turbulentos e preocupados com a defesa e a proteção da democracia. Além disso, como aspecto relevante, o fato de ser possível descobrir também em ambos “uma versão convergente do republicanismo”.

A autora demonstra, ao longo de seu livro, que o olhar retrospectivo que Tocqueville e Arendt dirigem ao passado ilumina os problemas do presente de cada um. Ambos também se mostram preocupados com a liberdade como cerne das revoluções modernas. A lógica argumentativa do livro consiste em estabelecer quatro capítulos que correspondem, cada um, aos núcleos teóricos nomeados. A primeira, “Revolução, ruptura e liberdade”; a segunda, “Opinião, massificação e pluralidade”; a terceira “Igualdade, liberdade, fraternidade – e felicidade”, e a última, “Instituições da liberdade”, mais uma “Introdução” e algumas “Considerações finais” em que o tema do republicanismo é exposto. Cada capítulo também contém uma “Introdução” e um final “Tocqueville e Arendt” sobre o que foi desenvolvido. Esse esquema expositivo é muito complexo, mostrando uma notável rede de conceitos, típica de quem conhece muito profundamente tanto Tocqueville quanto Arendt. Como uma amostra do que foi dito, resumimos o capítulo 3, “Igualdade, liberdade, fraternidade – e felicidade”.

Na Introdução, são revistos os slogans revolucionários “igualdade, liberdade e fraternidade”,

acrescentando-se o termo “felicidade”, que, para a autora, se articulam a ponto de não se conseguir separar um do outro. O termo “igualdade” está disponível em Tocqueville em seu potencial transformador, em suas ligações com outros autores como Guizot e Montesquieu, nas diferenças importantes entre o homem aristocrático e o homem democrático, no impacto da igualdade no campo das artes, da ciência, da filosofia e da religião, das relações familiares, do individualismo. O mesmo termo “igualdade” se desdobra em Arendt em torno de isonomia, pluralidade e visibilidade, três categorias que são analisadas sob todos os aspectos possíveis: igualdade – em oposição à uniformidade –, distinção, alteridade, as noções de “quem” e “o quê”, invisibilidade dos pobres e oprimidos, dos apátridas e dos negros, e igualdade da esfera pública e da esfera social.

Na seção “Liberdade” deste capítulo, a posição de Tocqueville em relação à independência, à cidadania e à justiça é revista, começando com a caracterização do liberalismo e de discussões relacionadas no século XIX, as tendências da sociedade democrático-igualitária, a liberdade-independência em conexão com a ação política, com o público. A posição de Arendt trata da “ação livre e espontânea” e aqui Chaves apresenta um ensaio muito completo sobre a questão da liberdade, central para Arendt, através da diferença entre *freedom* e *liberty*, entre liberdade positiva e negativa através das posições de Berlin, Hobbes e Rousseau; da liberdade entre os antigos; da liberdade e seu vínculo com a ação, com a pluralidade, com a natalidade, e também da ação relacionada à espontaneidade e à ideia de princípio.

No ponto 3, o tema é “Tocqueville: pauperismo e direito à propriedade”, indicando que a noção mais apropriada – compartilhada com Arendt – é a amizade no sentido político entre cidadãos que compartilham o espaço público e, indo além, abordando as questões materiais relacionadas à escassez e às desigualdades econômicas que põem em risco a democracia nascente nas sociedades industrializadas. É interessante – ainda hoje – acompanhar a posição tocquevilliana sobre as causas da pobreza e sobre a necessidade da reforma agrária, posições que o mostram como um pensador avançado no campo social. Para essa seção, Arendt aparece com os conceitos de “compaixão, piedade e solidariedade”, nos quais a tão debatida posição da autora alemã sobre a questão social é tratada seguindo o fio crítico da libertação, típico da Revolução Francesa. Além do mais, é mostrado como os conceitos de “compaixão” e “piedade” junto com o de “bondade” distorcem a esfera pública. O debate aberto por essas posições arendtianas é plenamente explicado por Chaves.

O último ponto deste capítulo é dedicado à felicidade, em Arendt como “felicidade pública e o vinho da ação”, afirmando que “felicidade pública” refere-se ao prazer produzido pelo gozo da liberdade na esfera pública, participando dos assuntos públicos, que Chaves explora na análise de Arendt das Revoluções Francesa e Americana, neste caso enriquecida com inúmeras referências históricas. Para Tocqueville, o conceito selecionado é “o homem de ação”, enfatizando que sua causa principal sempre foi a liberdade, a liberdade de expressão e de ação

que ele admirava nos Estados Unidos, mas que não pôde desfrutar em sua carreira política na França, o que resultou em decepção, salvo em parte por sua posterior adesão ao republicanismo, que também terminou em frustração.

O capítulo se completa com um balanço entre Tocqueville e Arendt e a valorização do espaço público, a crítica do primeiro à “tirania da maioria” e da segunda ao “humor das massas” como ameaças à opinião pública e a uma esfera pública vigorosa em que a liberdade política possa ser realizada. Os dois autores defendem a relevância da política como campo de discordância e de acordo entre múltiplas vozes e entre diferentes perspectivas e defendem uma ideia de liberdade intimamente ligada à noção de igualdade, da qual brotam felicidade e fraternidade. Chaves não ignora os pontos críticos e problemáticos das questões discutidas neste capítulo e, assim, mostra que sua análise vai além das referências e relações que os próprios autores estabelecem em suas obras. Essa perspectiva reflexiva pode ser lida em todos os capítulos deste livro, dando maior densidade a cada tema.

Uma última menção não pode ser omitida, neste caso, as “Considerações finais”, em que Tocqueville e Arendt se deixam ver em um quadro republicano, tão caro neste momento em que tanto o *vivere civile*, a *vita activa* e a convivência democrática estão ameaçados. Escusado será dizer que a própria democracia, com todas as suas fraquezas, pode oferecer os meios para revigorar a prática da liberdade política.

Extraordinário livro de Rosângela Chaves. Uma investigação alerta, uma forma expositiva escrupulosamente organizada, uma notável amplitude de recursos históricos e bibliográficos que oferecem um documento essencial a um amplo público. É também, porque não dizê-lo, uma afirmação do valor das ideias políticas que devem ser defendidas em todos os tempos e lugares.

BEATRIZ PORCEL é professora honorária da Universidade Nacional de Rosário (Argentina)

SILVIO GABRIEL SERRANO NUNES
ANTONIO CARLOS ALVES PINTO SERRANO
FILIPPE LIZARDO

Novos paradigmas de atuação na democracia brasileira

TRIBUNAIS DE CONTAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DO CONTROLE EXTERNO

João Antonio da Silva Filho

Prefácio: Celso Antônio Bandeira de Mello

EDITORA CONTRACORRENTE, 2019, 151 p.

No contexto atual dos grandes desafios da democracia no Brasil, arquitetada institucionalmente com o advento da Constituição de 1988, como um pacto pós-período de autoritarismo da ditadura militar, com amplo apelo para participação popular e controle dos gastos públicos, visando à efetividade do Princípio da Supremacia do Interesse Público, aos Tribunais de Contas são conferidas amplas competências para o controle externo das contas públicas.

A Constituição, chamada de “Cidadã”, ao instituir um “Estado Democrático e Social de Direito”, conforme a clássica lição dos constitucionalistas, impõe ao Estado uma ampla gama de serviços públicos no que tange à educação, saúde, segurança pública, dentre outras áreas de atuação do Estado brasileiro. Prestações somente possíveis graças a um uso racional dos recursos públicos controlados em termos quantitativos e qualitativos pelos Tribunais de Contas.

A obra Tribunais de contas no estado democrático e os desafios do controle externo, de João Antonio da Silva Filho, brinda o leitor, nos capítulos iniciais, com uma análise precisa e aprofundada sobre o papel desempenhado pelas Cortes de Contas, após 1988, ao fazer reflexões sobre o estado democrático como o instrumento hábil de composição das forças políticas e sociais, a evolução institucional dos Tribunais de Contas na história das constituições do Brasil, com ampliação de suas competências nos períodos democráticos, a exemplo de 1946 e 1988 e retrocessos nos períodos autoritários, como no Estado Novo getulista e na ditadura militar.

No capítulo III, o autor traça um panorama conceitual da atividade de controle da administração pública, destacando a natureza jurídica dos Tribunais de Contas, os quais são reconhecidos como entes constitucionais autônomos, e não meros apêndices do Poder Legislativo, possuindo um perfil constitucional análogo ao Ministério Público no que tange à

autonomia institucional, salvaguardando uma atuação independente de pressões econômicas ou político-partidárias.

Nesta parte da obra o autor discorre sobre a natureza das decisões dos Tribunais de Contas, destacando a mudança do perfil de sua atuação fiscalizatória, tradicionalmente mais voltada à análise de conformidade dos atos administrativos já postos no mundo jurídico (controle repressivo) mas que, com o alargamento das competências conferidas ao Controle Externo pela Constituição Federal, vem ganhando relevância o controle prévio e o controle concomitante realizado pelas Cortes de Contas como mecanismos para eficiência da sua atuação. A competência dos Tribunais de Contas, em seu sentido contemporâneo, segue, assim, tendência de afirmação com um enfoque proativo, resultados da atuação administrativa, mais voltado ao um tipo de fiscalização numa visão que vá além da mera aferição da correção/legalidade dos gastos, passando a avaliar aspectos relacionados aos resultados e à efetividade das ações governamentais.

O Capítulo IV, da obra se propõe a analisar aspectos inovadores na atuação dos Tribunais de Contas. Após abordar o controle da legalidade, legitimidade e economicidade dos gastos públicos, destacando recente discussão acerca da separação da análise contábil da gestão pública (contas de gestão) e das funções de governo, o autor destaca o papel desempenhado pelos Tribunais de Contas no controle de garantias do cidadão na implementação dos direitos fundamentais, sobretudo naqueles traduzidos em prestações positivas do Estado, a exemplo da educação, saúde, assistência social, proteção ao meio ambiente etc., cuja implementação demanda o aporte significativo de recursos públicos, sendo o controle aspecto essencial para sua boa aplicação.

É nessa parte do texto que reside um dos aspectos mais interessantes da obra: a formulação de que os Tribunais de Contas devem funcionar como avalistas de políticas públicas exitosas, contribuindo para a perenidade de ações governamentais positivas para além dos ciclos eleitorais, em especial aquelas que promovam o cumprimento e a implementação de determinações da Constituição Federal. O autor desenvolve essa ideia a partir da identificação de que alternância do poder, própria dos regimes democráticos, tem como efeito colateral, muitas vezes, a ruptura de políticas públicas bem-sucedidas oriundas de governos anteriores. Assim, respeitadas a discricionariedade e as escolhas feitas pelo gestor público, as Cortes de Contas devem funcionar como fiadoras da estabilidade e da continuidade de políticas públicas (programas, serviços e obras públicas) que consumiram grandes somas de recursos e que se mostraram exitosas do ponto de vista dos resultados alcançados, reprimindo atos que procurem inibir, enfraquecer ou desvirtuar políticas públicas consolidadas, ainda que iniciadas em gestões anteriores.

Ainda no Capítulo IV, o autor faz ainda a análise de mecanismos que redundaram em inovações na prática do Controle Externo, no âmbito do Tribunal de Contas do Município de

São Paulo, como as Auditorias Operacionais; Auditorias Transversais; mecanismos de solução consensual de conflitos como Termos de Ajustamento de Gestão e Mesas Técnicas, além da utilização de Medidas Cautelares no âmbito das Cortes de Contas.

O autor conclui a obra destacando que os Tribunais de Contas são instrumentos essenciais para a consolidação do estado democrático de direito no Brasil, devendo sua atuação ter como premissa a efetividade das políticas públicas, buscando-se valorizar a análise dos resultados alcançados pela Administração Pública, cuja fiscalização deve estar mais voltada à prevenção do que à repressão, fazendo com que o Controle Externo atue também como um parceiro da Administração na busca das melhores soluções para a população, a partir da busca de mecanismos de controle baseados mais na consensualidade do que na imperatividade.

Trata-se, assim, de obra de fôlego, que inova na abordagem do Controle Externo, demonstrando a importância das Cortes de Contas para a manutenção e o aprofundamento do regime democrático no Brasil.

SILVIO GABRIEL SERRANO NUNES é doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo

ANTONIO CARLOS ALVES PINTO SERRANO é mestre em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

FILIPPE LIZARDO é mestre em direito pela Universidade Nove de Julho

EDNEIA PASCHOAL
EUGÊNIA DIAS

Um romance que vem da Ilha Grande

O BARQUEIRO

João Pedro Barra

LIVRE EXPRESSÃO, 2012, 408 p.

O *Barqueiro* é um romance que vem da Ilha Grande. É a primeira ficção romanesca de lá. Um romance novo de coisas que nunca ninguém leu; de estilo inédito e originalíssimo; é de um filho de pescador nascido e criado na ilha; é também sua estreia como escritor. Um romance que retrata bem o linguajar do ilhéu, como na passagem seguinte:

“É uma história rudje e peculiá daquela vida dji pescá sarrdjinha e tainha; daquela vida dji barrrco; daquela vida dji roça”; daquela vida dji ilha... – assim falaria com seu linguajar um nativo pescador ilhéu.”

Após o início da leitura, é difícil parar. É do tipo misto em que entram narração, descrição, dissertação e divagação. Uma prosa com descrições paisagísticas e de narrativas em primeira pessoa e terceira pessoa. Creio ser o primeiro romance da Ilha Grande... Trata-se de uma história que transcorre numa aldeia de pescador nomeada, Praia Pedra da Bica, na Ilha Grande.

Nada tem a ver com questões autobiográficas; trata-se de uma realidade, no universo da ficção, estendendo-se a todas às questões, ou quase todas daquela existência humana, ao passar pela vida. É também, entrelaçada com a descrição daquela natureza paradisíaca, sem par, da Ilha Grande, agora tão maltratada.

Maravilhas: “O sol de língua para fora quer despontar na linha do horizonte, virá lambendo o que resta de turvo no mundo, a colorir o céu vermelho por aquele nascente e depois pintá-lo de azul”.

O livro tem tantas qualidades que surpreende saber tratar-se de um escritor de primeira viagem. Bem escrito e bem-produzido, consegue revelar um cuidado especial e talentoso no trato com a nossa língua. É fácil ler “O barqueiro”, pois a linguagem parece embalar o leitor num movimento “redondo”, sensível e cheio de lindas imagens poéticas, que vão sutilmente nos convidando a mergulhar na história triste do solitário personagem Sargo. A Ilha Grande e sua exuberante beleza estão ali fotografadas através de palavras, assim como a vida simples e o fiel falar caiçara, antes de todas as contaminações do progresso. Uma linda história, que vai nos envolvendo até o encontro de um final surpreendente.

Escrito, segundo o autor, durante uns 12 anos, o romance começa com a chegada de um ancião e uma criança para morar na aldeia de pescadores Praia Pedra da Bica, que se localiza na ilha de Caéu Montado. O homem dissera ter vindo morar nessa aldeia com essa criança por motivos óbvios de sobrevivência; dissera várias vezes, para o povo dali, que a tal criança era o seu filho macho. Sem entender nada do seu passado misterioso, a criança é levada a tomar rumos e decisões desesperadoras para sua sobrevivência, naquela aldeia desconhecida e sofre muito para desvendar tudo o que perturba a sua alma, alma de criança inocente ao topar com a comunidade estranha de pescadores. É desta linha que se desenvolve o enredo da obra.

Tenho certeza de que não foi possível para o autor entrar no contexto da obra sem a descrição da paisagem, esta que impreterivelmente está entrelaçada com a narrativa da trama. Mas também deve ter ficado enfurecido, assim como eu, diante da destruição de sua ilha, pois a natureza, quando agredida, o homem, especialmente, que a curtiu, se formou junto a ela, naturalmente, sofre...

O homem é resultado do seu ambiente; é isso que pode ter ocorrido com o autor. Uma obra que transforma fieira de peixe em ouro para os ilhéus, em pedras preciosas a areia da praia que acaricia os seus pés “cepudos”...

O autor viaja no lampião a “corosena”..., na casinha de sapê..., na casa da escola velha de estuque e telhado colonial, que fora doada pelo seu avô ao estado..., na água da bica etc... Aos murmúrios no tanque de caixote, molhando o sossego do terreiro dos moradores...; e passa pelo rancho..., pela canoa de guapurubu..., pelos caminhos entre bananeiras..., pela igrejinha de Nossa Senhora da Lapa, bem no meio da praia, na calada da maré...; e vêem as redes dos barcos estendidas nos varais de bambu, pela praia abaixo, após o banho na tinta da casca do pau do cobi, só para durar mais...; e faz lembrar o pescador com sua canoinha a remo e seu chapéu de palha, a remar... remar... Tem de tudo que compõe a vida numa aldeia de ilha. Há muito amor à Ilha Grande na escrita deste romance...

EDNEIA PASCHOAL é historiadora.

EUGENIA DIAS é professora de literatura.

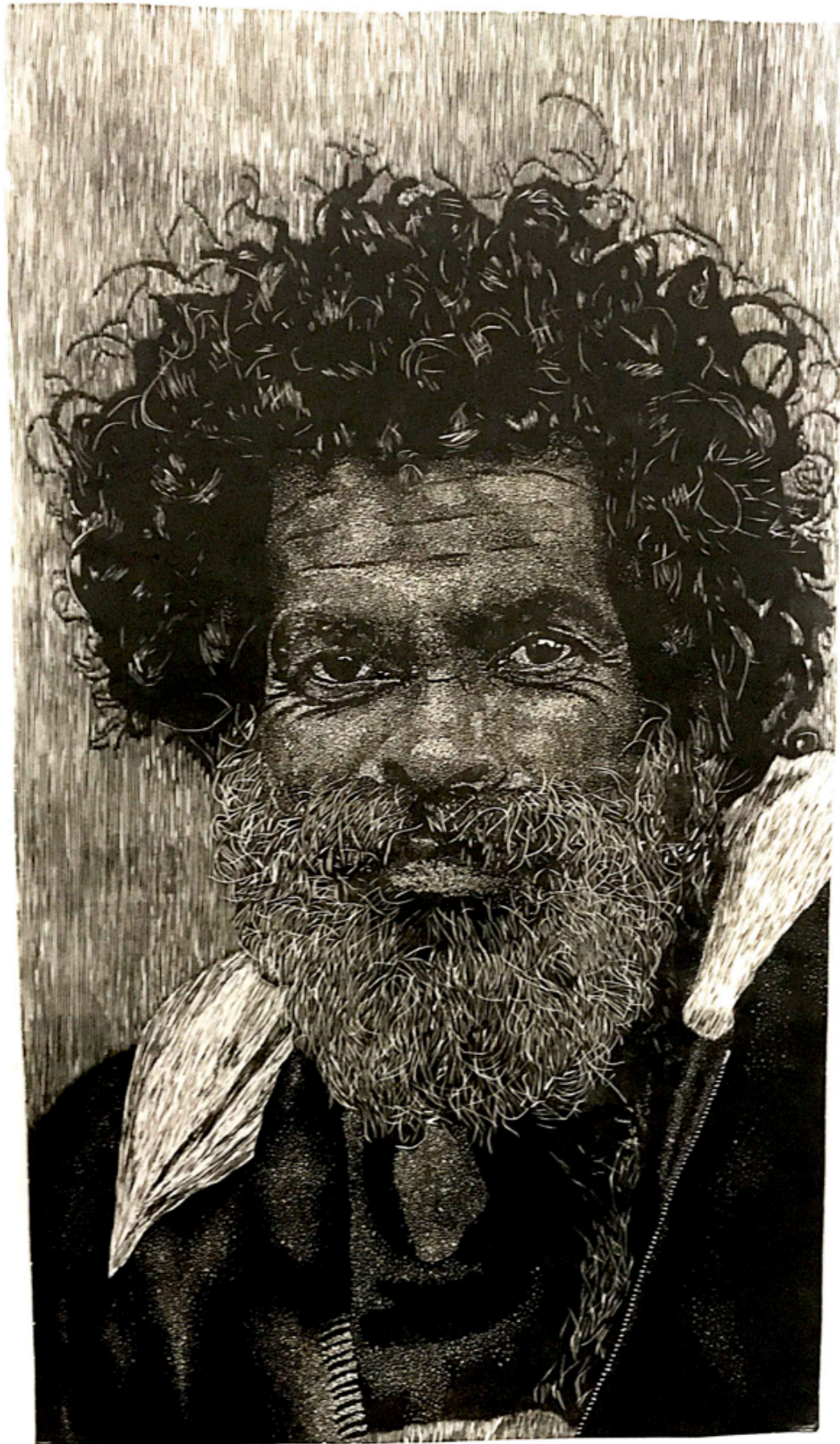
CLAYTON ARAUJO

Ensaio de xilogravuras

Brasilidade

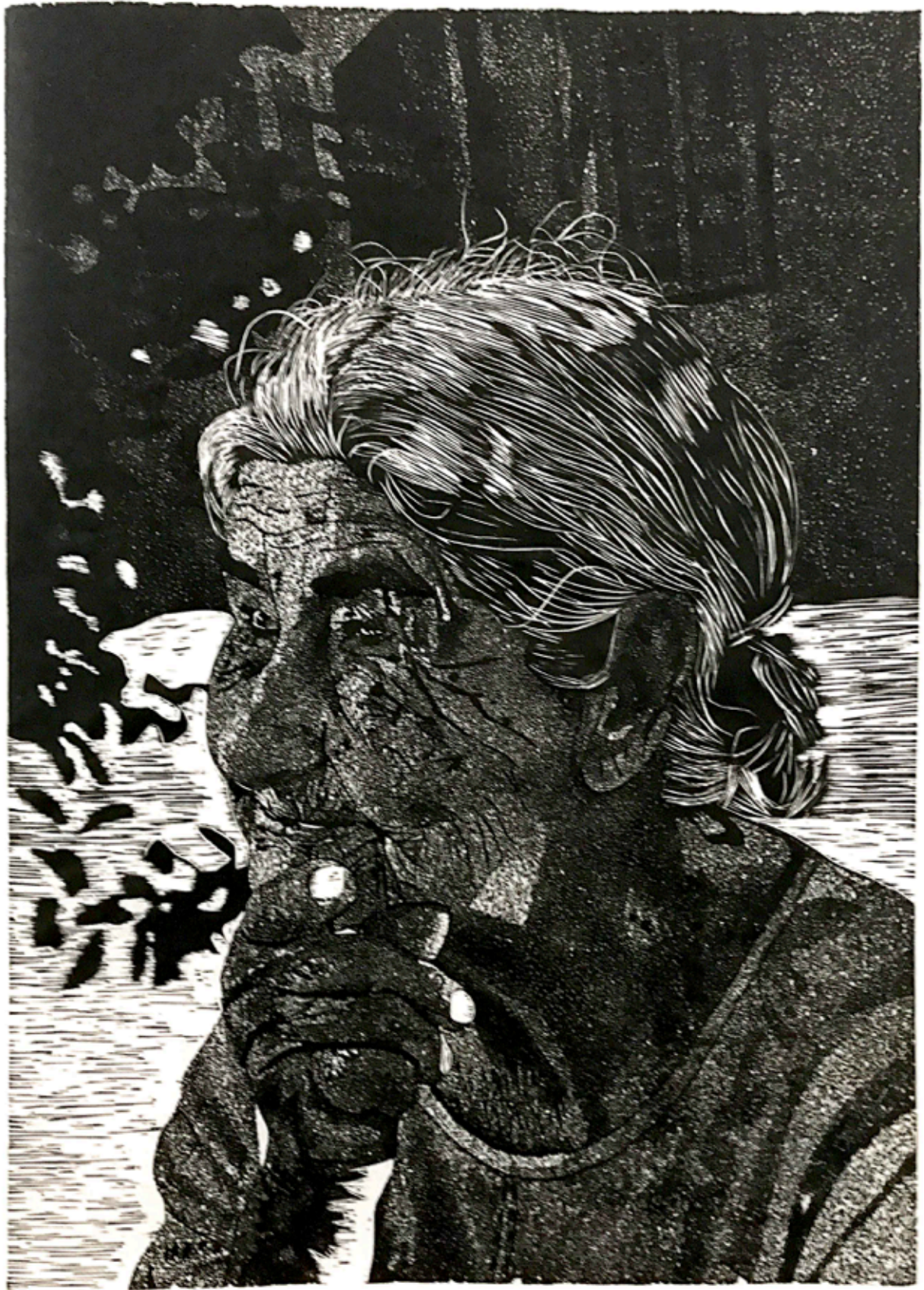
Em todo processo de criação, elaboração de uma nova série em arte, necessita-se não apenas do processo da imaginação, uma série é um ato, mas também de uma ação de pensamentos, de suas histórias e lembranças. Uma série pode já estar acabada antes mesmo de sua iniciação processual física, mas, como tudo em arte, a obra segue seu percurso, seu fluxo, e torna-se também um gesto inacabado. Cada obra executada, segundo Henri Cartier-Bresson tem seu instante decisivo. Instantes e oportunidades que me levaram a diversas cidades do Sul de Minas Gerais, interior de São Paulo e São Paulo Capital para registrar histórias fotográficas e posteriormente a execução em xilogravuras.

Histórias que se pronunciam com a alma, com o coração, com toda a maestria de caráter de conduzir uma vida, memorações brilhantes em seus detalhes. E a cada narrativa sempre um registro fotográfico, concedendo vida à série, com essa miscigenação do povo Brasileiro.

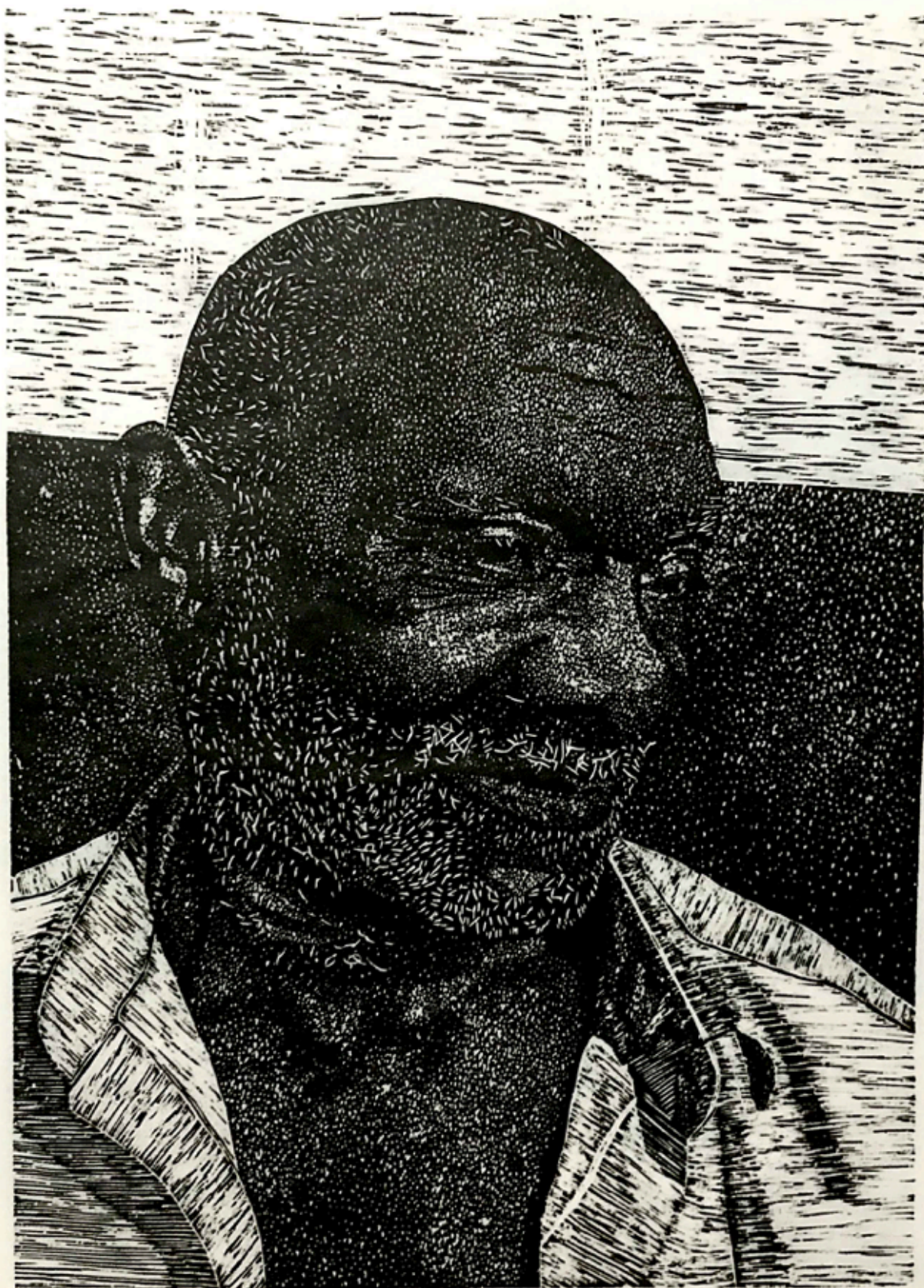














CLAYTON ARAUJO é artista visual, professor de artes e filosofia e fotógrafo.